



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 30ª reunião, realizada em 27 de junho de 2019

1 Em 27 de junho de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Vanessa
5 Coelho Naves, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
6 Rodrigo Carvalho Fernandes, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária
7 e Abastecimento (Seapa); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de
8 Governo (Segov); Alexandre de Castro Silva, da Superintendência Federal de
9 Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) / Ministério da Agricultura, Pecuária e
10 Abastecimento (MAPA); Márcio Stoduto de Mello, da Empresa de Assistência
11 Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater); Luiz Artur
12 Castanheira, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Igor Lopes Braga, da
14 Associação Mineira da Indústria Florestal (Amif); Guilherme da Silva Oliveira, da
15 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
16 Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Júlio Neil
17 Cassa Louzada, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Dázio Vilela Chagas,
18 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG).
19 **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
20 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente suplente
21 Vanessa Coelho Naves declarou aberta a 30ª reunião da Câmara de Atividades
22 Agrossilvipastoris. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
23 **GERAIS.** Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Inicialmente, eu gostaria de
24 contar um histórico da minha participação aqui no COPAM, desde 2009. Eu
25 estive em um momento aqui em que nós sempre buscamos participar em todas
26 as reuniões para trazer a voz do Noroeste de Minas. O Noroeste de Minas tem
27 a maior mineradora do Brasil, é o maior polo agrícola de Minas Gerais. É uma
28 região em que existem algumas peculiaridades e que necessita da
29 representação. E várias vezes nos comentários e nas nossas falas aqui – não
30 só da minha pessoa, mas também do Tonhão, do Gustavo Malacco e Triângulo
31 Mineiro –, nós buscamos mostrar certas melhorias e tirar certas dúvidas
32 trazendo informação do Noroeste de Minas, como eu trouxe a informação sobre
33 os piscinões, um tempo atrás, eu perguntei o que seria feito, e ninguém soube
34 explicar. E o IGAM, no dia 18 do mês passado, soltou uma Portaria na qual
35 convoca naqueles termos que eu disse aqui na reunião. Todos os proprietários
36 de área rural que tem piscinão devem fazer o cadastro com projeto e plano
37 operacional. Quando eu comecei aqui no COPAM, existia a possibilidade de

38 bancar combustível, passagens, sem problema nenhum. Depois que eu me
39 ausentei por um período, por questões pessoais e profissionais, parei de
40 participar, realmente, dei oportunidade para outras pessoas virem. E não sei o
41 que aconteceu dentro da organização dos conselhos, que não é possível mais
42 pagar combustível, a passagem, é supercomplicado estar comprando para o
43 conselheiro vir, o que dificulta a nossa participação. Na última reunião, eu não
44 vim: nem eu nem o Gustavo nem o Tonhão. Ficamos com ausência. Por quê?
45 Porque o Estado não conseguiu comprar passagem conforme nós
46 precisávamos. Agora, se o Estado acha que é correto colocar um conselheiro
47 dentro do ônibus, 2h da tarde, em Paracatu, para chegar a Belo Horizonte 10h
48 da noite, vocês deveriam repensar isso. Realmente, não é uma situação
49 confortável, não é uma situação que proporciona bem-estar para o conselheiro.
50 Na antepenúltima reunião, eu acabei comprando uma passagem. Eles me
51 deram autorização para comprar passagem. Eu estou há três meses esperando
52 ressarcirem. Não é por questão do dinheiro, mas vai falar com o governador, vai
53 falar com o secretário para fazer essa rota, vai falar para o auditor, que sempre
54 está reclamando, sempre questionando as coisas, para ir fazer essa rota. Se o
55 Estado acha que está fazendo um favor para a sociedade civil, está muito
56 enganado, porque nós fazemos questão de participar para ajudar, trazer
57 informação, buscar uma discussão igualitária para todo mundo. Eu sei que a
58 Assoc não tem culpa de nada disso, porque a ordem vem lá de cima. Então eu
59 queria deixar isso registrado para que façam alguma coisa para facilitar o
60 deslocamento. Eu não estou pedindo dinheiro, não estou pedindo nada. É
61 facilitar o deslocamento, comprar uma passagem decente. Porque nós saímos
62 de longe e fazemos isso porque gostamos. O nosso trabalho é voluntário, o
63 Movimento Verde não é uma ONG milionária que recebe fundos internacionais.
64 O Movimento Verde sobrevive com R\$ 300 de doação por mês. É importante
65 falar isso aqui porque não tem condição mais de isso perpetuar. O mesmo o
66 Estado fez com o representante do IGAM na reunião do CBH Paracatu. Colocou
67 o cara aqui no ônibus 2h da tarde, ele foi para Paracatu, chegou à noite, mal
68 dormiu. No outro dia, um dia inteiro de atividade no CBH Paracatu, e retornou
69 por mais 10 horas de ônibus para Belo Horizonte. Por favor, vamos pensar isso,
70 vamos conversar com o secretário ou com quem seja, porque não existe isso. E
71 nós fazemos questão de participar exatamente para trazer a voz do Noroeste de
72 Minas. Não tem ninguém mais aqui do Noroeste de Minas. Vem empreendedor
73 aqui que, infelizmente, não tem quem o represente quando nós não estamos
74 aqui ou o Gustavo não vem. Tem empreendedor que procura 'cadê o
75 representante do Noroeste de Minas'. Vamos conversar, vamos tentar fazer as
76 coisas igual para todo mundo, tentar discutir. Agora, vai ficar o resto da vida
77 desrespeitando conselheiro? Porque isso é humilhação, eu ter que justificar que
78 comprei uma 'passagem semi-leito', a pior passagem que existe no mundo. E
79 tenho que justificar por que comprei essa. Ontem, eu não vim porque não tinha
80 vaga nos ônibus. Eu tive que comprar uma passagem fazendo acordo com o

81 cara da agência de viagens para poder vir. Eu tenho que ficar justificando tudo?
82 Por favor, façam alguma coisa, porque não tem condição de continuar como
83 está.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Conselheiro, eu vou levar suas
84 considerações para o secretário. A Vânia quer fazer uma observação a
85 respeito.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/Assoc/SEMAD: “Eu já venho
86 conversando com o Tobias sobre essa questão. Nós temos o Decreto 47.045,
87 que estabelece as questões de passagens e diárias. Ontem mesmo, eu
88 encaminhei um e-mail para a auditoria, porque realmente o decreto estabelece
89 passagem convencional, e nós seguimos o decreto. Então nós solicitamos a
90 justificativa de 9 horas de viagem, o conselheiro realmente tem que ter uma
91 justificativa. Nós vemos a boa-fé das ONGs, de participarem, mas sabemos que
92 nem todo mundo tem boa-fé, infelizmente. Então nós servidores mesmos às
93 vezes viajamos, e eu vejo até o próprio Yuri, que está ali, que vem do Norte de
94 Minas também de ônibus. Ele sai de Montes Claros à noite e chega aqui de
95 manhã, direto para a reunião. Nós também não temos carro e às vezes
96 viajamos e vemos que o carro nem é apropriado para as viagens, mas vamos
97 porque também vestimos a camisa. Em relação ao Gustavo Malacco, o
98 conselheiro só vem se for de avião. Infelizmente, hoje, nós sabemos a situação
99 pela qual o Estado passa e temos uma vedação para emissão de passagem
100 aérea. Mas eu só queria dizer que a sua questão específica, de “semi-leito” ou
101 “leito”, nós já estamos resolvendo junto com a auditoria. Até mesmo como
102 ordenadora de despesa dos conselheiros, eu aceitei a justificativa e assumi
103 assinar o pagamento do seu deslocamento ou de ONGs que tiverem uma certa
104 quilometragem de deslocamento para poderem participar. Eu só queria registrar
105 também que, no passado, não pagávamos passagem para conselheiro em
106 hipótese alguma. Então nós já vimos melhorando isso, e, no que depender de
107 mim, enquanto estiver na Assessoria, faremos o que puder para melhorar mais
108 ainda. E também tem a questão de o conselheiro participar viajando de veículo
109 particular, e sou eu quem faz essa autorização. Então hoje nós temos duas
110 formas de deslocamento de conselheiro: passagem rodoviária, vir de ônibus; ou
111 então o deslocamento em veículo próprio. Mas estamos olhando o seu caso e
112 vamos resolver.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Só para ilustrar um
113 pouco melhor, anteriormente, realmente não era feito o pagamento. Eu cobrei
114 tanto do Sávio Souza Cruz, que era secretário na época, que eles criaram uma
115 deliberação normativa ou um decreto que passava a autorizar esse custeio.
116 Então eu sei que, se houver vontade do governo, dá para melhorar as
117 condições. Agora, eu não estou querendo culpar vocês, porque sei que lá em
118 cima não estão preocupados com isso, conselho para eles aqui não vale nada.
119 Nós estamos vendo isso aqui sendo enfraquecido ano após, vendo o secretário
120 muitas vezes ausente. Nós buscamos conversar com ele e melhorar as coisas
121 ambientais, questões importantes, como aquelas pertinentes à multa na nossa
122 região, que está um absurdo. Nós tentamos conversar, articular, e não
123 conseguimos. O Noroeste de Minas está lá abandonado, o pessoal da Supram

124 Noroeste de Minas faz milagre. São questões que nós temos que começar a
125 provocar para buscar melhorar, senão não vamos caminhar.” Vânia Mara de
126 Souza Sarmiento/Assoc/SEMAD: “Só registrando que não foi uma Resolução.
127 Na realidade, a DN 177, que traz o Regimento Interno, trazia no artigo 50 uma
128 vedação de pagamento aos conselheiros. Nós fizemos uma alteração do
129 Regimento Interno, e isso realmente trouxe a possibilidade de pagamento de
130 diárias a conselheiros e de deslocamento em veículo próprio.” Presidente
131 Vanessa Coelho Naves: “Nós queremos mais uma vez agradecer a boa vontade
132 dos conselheiros em participar das reuniões mesmo com todas essas
133 limitações.” Conselheiro Júlio Neil Cassa Louzada: “Para nós também, apesar
134 de não estarmos tão distantes quanto o pessoal do Noroeste, no Sul de Minas é
135 complicado. Eu vim no carro da universidade que conseguimos ajeitar, e estava
136 pensando no caminho exatamente nessa situação e comparando com o meu
137 colega que veio comigo com o sistema que é usado pela Capes, do governo
138 federal, que envolve trazer gente do país todo. E eles não trazem mais e
139 criaram um sistema de participação on-line. E esse sistema de participação on-
140 line é muito efetivo, é um sistema próprio que eles usam, um sistema que o
141 governo federal tem e que aparentemente pode disponibilizar para os Estados.
142 Perde-se um pouco com a questão de não se ter contato com as pessoas, mas,
143 eventualmente, para uma reunião importante, onde não é possível ir
144 fisicamente, a participação on-line pode garantir a voz e o voto, principalmente
145 de conselheiros que estão em uma situação de distância ou de falta de
146 recursos. Na universidade, por exemplo, nós tivemos que praticamente ratear o
147 custo da vinda agora porque temos dinheiro para manter a universidade até
148 setembro. E eu acho que é uma realidade de quase todos os órgãos. Então
149 deveríamos sinalizar talvez para mudança no Regimento e permitir a
150 participação on-line, com voz e voto, em um sistema próprio. Eu acho que isso,
151 para o governo do Estado, é algo relativamente simples de implementar e
152 garantir, inclusive, aumento da participação de pessoas, porque isso aumenta a
153 abrangência de participação.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Nós já
154 adotamos esse sistema, parcialmente. As equipes que prestam apoio técnico
155 aqui na reunião que ficam nos regionais já participam. Eu vou levar isso para o
156 secretário também.” **4) EXAME DA ATA DA 29 REUNIÃO DA CAP**. Aprovada
157 por unanimidade a ata da 29ª reunião da Câmara de Atividades
158 Agrossilvipastoris, realizada em 30 de maio de 2019. Votos favoráveis: Seapa,
159 MAPA, Emater, Ibama, Amif, Faemg, Mover e Crea. Abstenção: Ufla.
160 Ausências: Segov e Fetaemg. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
161 Desenvolvimento Agrário. **5) AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SISEMA COM**
162 **VISTAS À PRESERVAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE**
163 **MINAS GERAIS - CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DA FUNDAÇÃO**
164 **SOS MATA ATLÂNTICA. Apresentação: IEF/SEMAD**. A presidente Vanessa
165 Coelho Naves fez apresentação das ações desenvolvidas pelo Sisema com
166 vistas à preservação do bioma Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais e

167 considerações sobre os dados da Fundação SOS Mata Atlântica. O conteúdo
168 da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro
169 Guilherme da Silva Oliveira: “Primeiramente, parabéns pela apresentação,
170 Vanessa, os dados são muito interessantes, mostram que o sistema não está
171 parado, que está se movimentando quanto à questão da Mata Atlântica, que é
172 um ponto importante e que todo mundo tem consciência disso. A conversa que
173 eu tive com o Carlos Alberto foi rápida. Ele é o titular aqui na CAP e teve um
174 compromisso. Eu acho que a apresentação não atendeu à expectativa que ele
175 tinha, a princípio, que era o seguinte. Na verdade, o que o Carlos Alberto queria
176 é porque nós vemos muito trabalho de todo mundo se movimentando,
177 recuperação de nascente, recuperação de área degradada, as propriedades
178 rurais, depois da implantação do CAR, o cumprimento, o pessoal se
179 movimentando para cumprir o PRA. Então eu acho que ele estava querendo o
180 seguinte. Qual é o saldo nesse desmatamento da Mata Atlântica? Será que o
181 que está acontecendo de recomposição não está superando esse saldo? Nós
182 sabemos que está tendo desmatamento, mas do que temos visto. Porque não é
183 só o IEF que está fazendo isso, não é só a SEMAD. A Seapa tem feito ações
184 nesse sentido, a Faemg tem feito ações nesse sentido, várias instituições têm
185 feito ações nesse sentido de recuperação. E queremos saber: a recomposição
186 está sendo maior ou menor que esse desmatamento? Você apresentou, por
187 exemplo, no caso de compensação, o saldo que a compensação traz, que é
188 duas ou três vezes maior. E uma outra coisa que vemos muito é que às vezes o
189 SOS Mata Atlântica solta esses dados. Igual o caso que teve no desastre de
190 Mariana. O SOS Mata Atlântica foi lá, fez análise, e os dados oficiais – estavam
191 IGAM, CPRM, ANA e um monte de gente trabalhando – estavam dando outra
192 coisa. Então o que nós queremos é o seguinte. Os dados oficiais estão
193 confirmando isso, os dados oficiais estão trabalhando esse saldo que está tendo
194 de recuperações dessas áreas? É também o Estado mostrar o que está sendo
195 feito. Dentro disso tem o desmatamento que é autorizado também. Porque o
196 desmatamento autorizado é legal. Isso tem que ser levado em conta. Então nós
197 temos que ver o saldo do Estado. No balanço final, como Minas Gerais está?
198 Está só desmatando ou está recuperando. Eu não sei se é positivo ou negativo,
199 o que queremos saber é esse dado real. Estão sendo positivos esses trabalhos
200 todos que todo mundo está fazendo? Na minha opinião, a Mata Atlântica e o
201 Cerrado não são intocáveis. Vai chegar um ponto em que o uso sustentável
202 deles vai ter que voltar, e nós estamos trabalhando para isso. Se eu tenho uma
203 boa madeira em uma mata por que não posso cortar e plantar outra árvore no
204 lugar e poder aproveitá-la daqui a um tempo de novo? O que a Faemg entende
205 desse trabalho é o seguinte. Nós temos a reserva legal, nós temos APP, temos
206 as áreas que têm que ser preservadas, mas essa mata tem que trazer um uso
207 para nós. O que nós temos que trabalhar é isso. Quando vai ser esse
208 momento? Em que ponto vai ser esse start em que vamos poder trabalhar esse
209 uso? Que a biodiversidade esteja no ponto em que consideramos sustentável,

210 que o plano de manejo nos biomas possa ter um uso. Porque no nosso
211 entendimento, por exemplo, a Lei da Mata Atlântica, vai chegar um ponto em
212 que ela trava pelo próprio desenvolvimento. 'Para tirar aqui, tem que compensar
213 duas vezes.' Vai chegar uma hora em que vai faltar área de Mata Atlântica. A
214 legislação está aí para isso. E uma outra coisa que nos preocupa, por exemplo,
215 são áreas de proteção integral. Nós não somos contra. entendemos a
216 importância. A nossa preocupação, que já foi passada aqui várias vezes,
217 quando se cria uma área de proteção integral, é a regularização fundiária dessa
218 área. Foi falado aqui em quase mais de 50 mil hectares de área de proteção
219 integral. Como está a regularização fundiária dessas áreas? Os proprietários
220 que estavam lá foram indenizados? Isso é uma coisa que nos preocupa. E no
221 caso, por exemplo, desse projeto 'Conexão Mata Atlântica', há o envolvimento
222 direto de produtores rurais? Eu gostaria de saber. A Seapa está participando
223 disso, diretamente, em parceria com o IEF? Porque nós vemos que têm muitas
224 ações que a Seapa faz, que o IEF faz. Já é uma coisa em que eu estou
225 batendo, no bom sentido, em outras reuniões. É o seguinte. Muita gente
226 fazendo um monte de ação pulverizada. Não é hora de começar a achar um
227 ponto de convergência, gastar os recursos em áreas prioritárias e expandir
228 nessas áreas? Nós vemos a Seapa fazendo, a SEMAD, ONG, MAPA e a
229 Emater fazendo, universidades ajudando um monte de projetos. Não é hora de
230 sentar todo mundo, 'vamos conversar, vamos convergir', para buscar as áreas
231 prioritárias onde temos que atuar e saber o que tem que ser feito e como cada
232 um pode ajudar? E parar de ficar apanhando, por exemplo, de SOS Mata
233 Atlântica, que tem o seu trabalho. Mas ela solta o dado, e aí? Como está isso,
234 como está a veracidade desse dado? A nossa preocupação é essa. 'Produtor
235 rural está fazendo isso, está fazendo aquilo, ação de proteção, e na hora que vê
236 só vem pancada. Eu acho que era mais nesse sentido que o Carlos Alberto
237 estava querendo até para rebater um pouco os dados da SOS Mata Atlântica.'"
238 Presidente Vanessa Coelho Naves: "Eu trouxe os dados de áreas de
239 recuperação. Talvez tenha faltado uma consolidação em relação ao que foi
240 detectado de desmatamento. Mas os dados estão aí. O monitoramento contínuo
241 não consegue detectar áreas recuperadas. O monitoramento contínuo teve
242 início em 2008, em dez anos não se consegue detectar regeneração de Mata
243 Atlântica através dele. Mesmo que tenham áreas que foram recuperadas ou que
244 estão em fase de recuperação, o monitoramento, muitas vezes, não vai
245 conseguir detectar. Essas metodologias de detecção de desmatamento
246 detectam muito bem o desmatamento, mas a regeneração das áreas precisa de
247 um prazo maior para conseguirmos constatar esse ganho. Um dado
248 interessante que eu trouxe foi o dado de cobertura vegetal nativa. Desde que foi
249 feito o Inventário Florestal de Minas, nós perdemos 1% da cobertura vegetal
250 nativa no Estado. Eu entendo que a dinâmica nesse tempo entre o inventário
251 florestal e o que o monitoramento detecta hoje é que nós temos uma perda,
252 realmente, que não é muito significativa. Aliados a essas ações que estão

253 sendo realizadas é que nós vamos conseguindo, gradualmente, um ganho de
254 áreas recuperadas. Quanto às áreas recuperadas em propriedades rurais, hoje
255 nós temos os dados dos projetos que executamos do Promata e do Conexão
256 Mata Atlântica, que têm esse viés, exatamente. Aquela metodologia Roam que
257 foi utilizada no Conexão Mata Atlântica tem como foco a detecção de agentes
258 importantes regionalmente. E nós contamos, sim, com a parceria da Emater,
259 que é um agente muito importante. Essa metodologia consegue detectar quais
260 são os agentes de maior importância regionalmente e também tem a intenção
261 de incluí-los nesse processo de recuperação. Tudo que você pontuou, talvez eu
262 tenha feito apresentação de outras áreas do IEF, de área de recuperação, que
263 talvez pudessem detalhar melhor essas ações e projetos. Mas nós trabalhamos,
264 sim, com parcerias, não é o IEF sozinho trabalhando nessas regiões. Eu posso
265 tentar compilar os dados que nós temos de área recuperada em 2018 e trazer
266 para vocês em relação ao que foi desmatado. Agora, quanto à detecção de
267 áreas de desmatamento por essas tecnologias de sensoriamento remoto,
268 realmente, nós temos, muitas vezes, divergência de dados. O SOS Mata
269 Atlântica usa uma metodologia que é diferente da metodologia do
270 monitoramento contínuo do IEF, então sempre vai ter alguma divergência
271 dessas áreas. Mas o nosso trabalho é de tentar, cada vez mais, aprimorar
272 essas tecnologias de detecção.” Conselheiro Rodrigo Carvalho Fernandes:
273 “Parabéns pela apresentação. Eu estou como superintendente da Seapa, mas
274 sou egresso do Instituto Mineiro de Agropecuária, que é um órgão que tem nas
275 suas grandes essências a defesa agropecuária e a certificação. E eu sei o quão
276 a fiscalização é uma tarefa, muitas vezes, vista como ingloria e o quão
277 importante ela é. Nós temos bem claro que a fiscalização, em sinergia com
278 educação e conscientização, é o grande binômio para o desenvolvimento rural
279 sustentável em qualquer esfera, agrotóxicos, recursos hídricos, recursos
280 florestais. Mas como fiscal eu também sei que temos que ter muito cuidado
281 quando do relato desses dados da fiscalização como um todo, porque é aquilo
282 que nos fere de morte. Principalmente o produtor rural, que é o grande
283 protagonista desse processo, vira um discurso raso, principalmente de alguns
284 setores da sociedade urbana, rotulando nossos produtores como desmatadores,
285 poluidores, contaminadores de alimentos. É um estereótipo extremamente
286 injusto. Os produtores, literalmente, salvam a lavoura do nosso Estado e do
287 nosso país, e mais do que ninguém a agricultura produz e preserva. Então é
288 também um binômio da sustentabilidade. Especialmente, eu vou fazer uma
289 analogia com agrotóxico, a área que eu mais domino, onde estou como
290 superintendente há cinco anos. Eu tenho 12 anos de carreira, e sete anos foram
291 fiscalizando agrotóxico in loco, três anos no interior, e depois coordenando essa
292 pasta aqui já na sede do IMA durante outros quatro anos. Monitoramento de
293 resíduos de agrotóxicos, disparado, é a parte mais polêmica. Quando saem
294 espécies agrícolas, por exemplo, são as que estão com maior índice de não
295 conformidade. Nós temos que ter muito cuidado porque, quando veiculamos

296 esses dados sem relativizá-los... Eu vou pegar um exemplo de 2012, quando o
297 ministro da Saúde falou que não comeria pimentão mais porque o pimentão foi o
298 que apresentou maior número de não conformidades. Imaginem o quão isso foi
299 catastrófico para a cadeia produtiva do pimentão. Se é uma amostragem, por
300 mais representativa que seja, não representa todos os produtores. E aí pegando
301 um gancho no que o Guilherme falou, agora, já para o desmatamento, para a
302 grande maioria da sociedade urbana, se você fala 'desmatamento', ela associa
303 a ilegalidade. Fica parecendo questão de semântica, mas, quando você coloca
304 no mesmo rol o desmatamento ilegal e a supressão autorizada, eu acho que
305 não é uma forma muito boa, temos que relativizar esses dados, se for possível.
306 Colocar o que é ilegal, e aí temos que combater, as arestas têm que ser
307 aparadas. Mas os dados do que foi autorizado, eu acho que não têm que figurar
308 nesse rol do desmatamento. Pode parecer questão de semântica, mas quando
309 você coloca 'desmatamento', você fala para a sociedade urbana que o Estado
310 de Minas Gerais está sendo o que mais desmata. Então relativizar esses dados.
311 De novo com agrotóxico, nós carregamos esse slogan de ser o país que mais
312 consome agrotóxico. Quando se pegam números absolutos, sim, embora
313 produzamos três safras ao ano, há proliferação de pragas e doenças na
314 agricultura tropical. Mas quando se relativiza passamos a ser o 13º e, quando
315 se pega também por área plantada, nós somos o oitavo do mundo. Então temos
316 que ter um cuidado muito grande com a forma que esses dados são veiculados,
317 principalmente quando saem dos dados oficiais. A Embrapa tem um estudo
318 espetacular no Brasil inteiro mostrando que só utilizamos 27% para agricultura,
319 incluindo pastagem. Então nós somos mais do que sustentáveis. E aí os dados
320 do CAR eu achei que fossem ajudar demais a desmistificar isso. Porque o CAR
321 já está meio que superado, nós temos 99% das propriedades..." Presidente
322 Vanessa Coelho Naves: "Nós temos mais de 100%, na verdade." Conselheiro
323 Rodrigo Carvalho Fernandes: "No último Censo Agropecuário. Mas lá mostra
324 que os 20% de reserva legal estão sendo, fidedignamente, preservados. Então
325 os dados do CAR, os estudos da Embrapa. A Embrapa é o suprassumo
326 mundial. Eu não quero questionar outras instituições, mas,
327 governamentalmente, vamos ter um cuidado. Resumo da ópera, que nossos
328 produtores, principalmente, e nós consigamos, com a robustez que o Carlos
329 Alberto e a própria Faemg solicitaram, contra-argumentar esses dados. E
330 quando vierem relatos – principalmente da sociedade urbana – falando que
331 somos desmatadores, mostrar à luz da ciência que a ciência pacifica os
332 conflitos. Se falarem que somos contaminadores de alimentos com agrotóxicos,
333 mostrar que Minas Gerais é o que mais fiscaliza e o que mais educa em relação
334 aos agrotóxicos. Recursos hídricos, no mesmo sentido. Então é esse pedido da
335 Seapa, sempre ao lado do setor produtivo e do produtor rural, sem obviamente
336 negligenciar. Arestas têm que ser aparadas, irregularidades têm que ser
337 aparadas. Eu acho que colocar no bojo do desmatamento autorizações legais é
338 um dos grandes equívocos para divulgar os dados." Presidente Vanessa Coelho

339 Naves: “No exemplo mesmo que eu mostrei, o número de polígonos de
340 desmatamento é muito maior do que o de desmatamento autorizado. É uma
341 realidade também que não pode ser relativizada a esse ponto. Eu tentei, na
342 apresentação, focar que desmatamento é desmatamento, seja regular ou
343 irregular. E procurei colocar que os desmatamentos regulares estão incluídos,
344 apesar de ser um número muito inferior à detecção das áreas irregulares.”
345 Conselheiro Luiz Artur Castanheira: “Parabenizando você, Vanessa, pela
346 apresentação. Algumas coisas têm que ser ditas mesmo. Desmatamento existe,
347 agora, só compensação por licenciamento não vai realmente aumentar essa
348 coisa. Afinal de contas, quando você pede compensação, é uma área de Mata
349 Atlântica por outra. Você está tirando do mercado área de Mata Atlântica que
350 poderia ser desmatada. Essa questão já tinha me chamado atenção há muito
351 tempo, porque uma hora ia chegar e ter o empate: ‘Já está tudo compensado,
352 isso aí tudo é compensação’. E a questão de que, antigamente, não se podia
353 pegar áreas que estavam degradadas para colocar em área de compensação.
354 Eu achei que foi uma boa coisa que fizeram, colocar uma pastagem que vai ser
355 área de compensação de Mata Atlântica, plantar Mata Atlântica ali. A outra
356 questão é que o tempo para se aferir essa diminuição e a recuperação da Mata
357 Atlântica é longo. Nós estamos agora vendo os trabalhos de recuperação na
358 beira do rio Doce e também na questão da recuperação de algumas áreas na
359 região de Valadares, que são áreas que têm morros decapeados a dar com
360 pau. Um dos maiores desastres ambientais em Minas Gerais é ali. Na semana
361 atrasada, eu tive a oportunidade de participar do Simpósio Nacional de
362 Recuperação Florestal, que o professor Sebastião Venâncio veio aqui, há um
363 mês, e nos convidou. Eu fiz questão de ir lá participar e fiquei surpreso com
364 a qualidade e a profundidade dos trabalhos que são desenvolvidos hoje, em
365 Minas Gerais e no Brasil inteiro, com recuperação florestal, principalmente na
366 área da Mata Atlântica, e entusiasmado com processos que ajudam o
367 proprietário a financiar a recuperação da Mata Atlântica. Inclusive, o professor
368 apresentou um trabalho usando eucalipto para recuperar área de Mata
369 Atlântica, e o pessoal mais radical falou assim: ‘Eucalipto? Como é que pode?’
370 E ele mostrando que o eucalipto bem usado, você pode colocá-lo como uma
371 espécie que vai financiar, ao longo do tempo, a recuperação das nativas que
372 vão ser plantadas ali. A questão também da qualidade genética do material que
373 está sendo reproduzido nos viveiros. A Universidade Federal de Viçosa, hoje,
374 com viveiro de enxertos, que consegue produzir, em um ano, sementes tiradas
375 de amostras que você pegou na mata e levar, fazer enxerto e conseguir
376 começar a produzir floradas e sementes daquela espécie, aumentando a
377 variabilidade genética dos nossos viveiros. Isso é importante porque senão
378 vamos ter mudas cada vez piores. E temos que ter qualidade de muda. Um
379 punhado de trabalhos que estão sendo feitos, que vão dar resultados. Agora,
380 depende, realmente, de tempo. E nós temos que tomar cuidado com o que sai
381 mesmo, porque falar que não tem mais peixe bom em Três Marias por causa de

382 Brumadinho, aquilo foi uma responsabilidade muito grande. Isso fere muita
383 gente, economicamente, porque está lá produzindo seu peixe limpinho e tal, e,
384 vazou uma coisa ali, Três Marias já não tem peixe. Isso não pode, nós temos
385 que ter realmente argumentos científicos para mostrar. Agora, nesse resultado,
386 já começou a frear, é 1%, de 2009 para cá, em dez anos. Está bem melhor.
387 Agora, vamos ver como essa curva vai começar a levantar. Creio que trabalhos
388 na região de Valadares para recuperação daquelas áreas degradadas com
389 implantação de florestas daria um resultado imenso nessa virada de curva. Eu
390 acho que é por aí que nós temos que ir.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira:
391 “Em partes, eu concordo com o Guilherme, até que realmente essas
392 informações devem convergir. Chega um certo ponto em que nós realmente
393 precisamos ter esse balanço, vai ser muito importante quando isso for trazido
394 para nós. Duas perguntas durante a apresentação, quanto à atual situação das
395 unidades de conservação, se estão com verba suficiente para sua gestão, se
396 estão ativas, com alguma atividade dentro delas. Assim como nós estamos
397 vendo em Paracatu, que carece um pouco de recurso para melhorar as
398 condições de educação ambiental, atividades que deveriam ser feitas na
399 unidade e não são feitas. Como está essa situação, se existe verba suficiente
400 uma vez que isso talvez possa ser o ponto de nós pararmos de expandir áreas
401 para otimizar as áreas existentes. É uma pergunta e não uma crítica. E outra
402 coisa. Quanto ao Programa Bolsa Verde, se é possível atrelar a outros projetos,
403 como projetos de proteção de nascentes, dentre outros. Até mesmo é uma
404 pergunta para nossas atividades, como ONG, que estamos com mais dois
405 projetos de nascentes em outros municípios, próximos a Paracatu, que isso
406 auxiliaria até mesmo a continuidade do programa e a permanência, mobilizada
407 naquele momento, ficar no programa e não desmatar área protegida.”
408 Presidente Vanessa Coelho Naves: “Sobre as unidades de conservação,
409 também não é minha área específica no IEF, mas elas têm dificuldades, sim,
410 para sua manutenção, deficiência de regularização fundiária, mas é um trabalho
411 que temos tentado aprimorar. A regularização fundiária, basicamente, está
412 sendo feita por medidas compensatórias hoje em dia, mas está caminhando.
413 Talvez não no ritmo necessário, mas tem caminhado a partir do momento em
414 que as medidas compensatórias passam a ser adotadas dentro das unidades.
415 Uma outra iniciativa, tomada recentemente pelo governo, foi possibilidade de
416 PPIs para a administração das unidades, para que não fique toda a manutenção
417 das unidades a cargo do Estado. Mas eu acho que seria interessante que a
418 Diretoria de Unidades de Conservação viesse aqui em algum momento passar
419 essa situação mais detalhadamente para os senhores. Quanto ao pagamento
420 por serviços ambientais, eu acho que é um passo importante o anteprojeto de
421 lei que vai ser encaminhado para a Assembleia Legislativa. A ideia é
422 estabelecer uma política de pagamento por serviços ambientais no Estado, e
423 ele tem como princípio convergir diversas ações para o pagamento de serviços
424 ambientais no Estado. Eu considero a iniciativa mais concreta do IEF para o

425 pagamento por serviços ambientais porque, realmente, só o Bolsa Verde não é
426 suficiente para todas as ações de que nós precisamos. Eu tinha até me
427 esquecido de falar isso na pergunta do conselheiro Guilherme, mas eu tenho a
428 convicção de que, quando tivermos a análise do CAR em andamento e o
429 estabelecimento do PRA, quando o sistema do PRA estiver implementado, nós
430 vamos conseguir contabilizar melhor essas áreas em recuperação e ter esses
431 dados com mais precisão para apresentar.” Conselheiro Júlio Neil Cassa
432 Louzada: “Parabéns pela apresentação. Eu acho que é interessante ter uma
433 visão geral do que está acontecendo, das iniciativas, e vê-las todas juntas é
434 sempre muito bom. Pegando essa última parte, de compensação ambiental, eu
435 acho que é preciso realmente regulamentar e fazer isso funcionar de certa
436 forma. Eu vou dar um exemplo, que é uma coisa que me incomoda há muito
437 tempo, sobre como a coisa pode melhorar bastante. Quando eu vi, na
438 apresentação, a questão dos bosques, você explicando, os bosques funcionam
439 bem em outros países, mas entram aqui no Brasil exatamente em cima do que
440 chamamos de APA. E as APAs estão abandonadas. Na verdade, foram
441 implementadas enquanto geravam acesso ao ICMS Ecológico, como gera até
442 hoje. Só que o produtor rural, que deveria ter a segunda etapa das APAs,
443 porque contemplam quase sempre uma grande área rural, não acessa o
444 recurso, não tem nada do recurso. E em outros países que têm a mesma lógica
445 isso pode se estender desde a compensação pela área, no pagamento do
446 serviço de gestão de recurso hídrico, de proteção de florestas, de
447 biodiversidade, mas também à produção tradicional de produtos, do queijo, da
448 goiabada, de todos os produtos que são produzidos ali para conservar também
449 cultura, com certificação embutida, com acesso a financiamento. Essa parte
450 toda o produtor fica olhando. Funciona bem em Bordeaux, na França, nos
451 países europeus, na Espanha, mas no Brasil não funciona porque pulverizamos
452 todas as ações. E quando pulverizamos todas as ações nós financiamos a
453 atividade-meio, não financiamos o fim. O fim não é a conservação? Quem está
454 conservando? É o produtor rural. Só que ele vê de longe, e o produtor rural está
455 abandonando a conservação não é porque ele não gosta, mas porque está
456 falido.” Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “Aproveitando isso que o Júlio
457 está falando, é o seguinte. Quando você cria uma APA, o produtor só fica com
458 ônus, não tem uma assistência técnica para adequar a produção. A partir do
459 momento em que você adequa a produção dele, o produtor tem uma assistência
460 e já começa a ter lucro a partir do produto que ele já faz mesmo, só que de
461 forma correta.” Conselheiro Júlio Neil Cassa Louzada: “Pode parecer um
462 contrassenso, mas o produtor rural precisa ser colocado no processo da
463 conservação não como inimigo, como ele falou, mas como o principal parceiro.
464 E infelizmente esse parceiro está sendo tratado como sempre foi. Ele vive sem
465 energia elétrica, sem tratamento de água, sem escola para as crianças, sem
466 crédito – muitas vezes, só os médios e grandes têm acesso ao crédito –, e
467 agora ele tem como ônus a conservação. Isso é uma das coisas que eu queria

468 falar, que é preciso pensar nessas ações envolvendo o produtor. Uma outra
469 coisa diz respeito aos dados mesmo. A questão do SOS Mata Atlântica, eles
470 vivem do alarme, o alarme financiar. Então quando coloca um buffer de 30
471 metros para dentro da floresta e fala 'isso é borda, e borda eu não considero',
472 quando pega fragmentos abaixo de tantos hectares e fala 'isso não é floresta,
473 isso é um pequeno fragmento, não tem valor nenhum para conservação',
474 quando pega mata ciliar e fala 'mata ciliar não é floresta', ele está criando o
475 número de que ele precisa para conseguir financiamento. Agora, ele está
476 errado? Não, ele vive disso. Nós é que precisamos aprimorar o nosso sistema.
477 E o nosso sistema, por exemplo, tem que soltar boletins que digam isso é
478 desmatamento autorizado, isso é desmatamento não autorizado, ilegal, isso é
479 área de regeneração que foi imposta, isso é área de regeneração natural. Para
480 sabermos como está a Mata Atlântica no nosso Estado. Por exemplo, uma parte
481 boa do desmatamento da Mata Atlântica, está ligada não à atividade rural, mas
482 à expansão urbana. Porque quando a pessoa tem que fazer um condomínio ela
483 deixa um pedacinho de mata para enfeitar o condomínio e o resto bota abaixo
484 sem problema nenhum, porque o produtor rural leva a culpa de desmatador.
485 Então temos que tomar cuidado com essas coisas e colocar, por exemplo,
486 relativizações. Esse desmatamento está ligado à expansão urbana ou à
487 atividade rural? Está ligado à expansão carvoeira ou não? A expansão
488 carvoeira, por exemplo, dá um exemplo de como podemos melhorar o problema.
489 O Estado de Minas Gerais, com a expansão do eucalipto, e o eucalipto vindo
490 para carvão, praticamente aboliu o carvão de madeira nativa para o usuário
491 final. Na cidade, você não vai conseguir um carvão de madeira nativa, é tudo de
492 eucalipto. A minha propriedade rural e a de todos os meus vizinhos não são
493 cercadas mais de candeia, como era o tradicional na região. Por quê? Porque é
494 mais barato comprar um eucalipto tratado, que vai durar 20 anos sem cupim
495 atacar, do que cercar com madeira nativa. Então o produtor rural muitas vezes
496 tem que cercar a sua vaca, mas não tem o meio. Ele olha aquilo, precisa da
497 madeira, que está na sua área, e não tem como comprar. Agora, como fazemos
498 com que isso aconteça? Nós temos que aprimorar esse processo. Como o
499 processo de carvão acabou na medida em que proibimos o carvão natural e
500 colocamos 'o usuário final só vai pegar carvão de eucalipto', a mesma coisa
501 deve acontecer na cadeia de eucalipto. E eucalipto também serve para serraria.
502 Por que não é usado? Por que o eucalipto não chega à propriedade plural como
503 todo o madeiramento necessário para se fazer curral? Ele até chega, mas
504 chega caro porque o Estado ganha em cima do que não deveria ganhar. Então
505 a política passa por outro lugar, não passa simplesmente por ver a desgraça
506 acontecendo, é chegar e falar 'essa desgraça vai acabar, porque nós vamos
507 interferir de todos os meios possíveis para isso.'" Conselheiro Dázio Vilela
508 Chagas: "Eu queria só complementar algumas observações. Você falou que é
509 difícil quantificar a área que tem uma regeneração natural. O pequeno produtor,
510 o pequeno pecuarista, nessas áreas acidentadas, não tem condições mais de

511 manter aquela pastagem. Vai sujando, ele vai abandonando. Então eu acredito
512 que tem uma área muito significativa hoje que está sendo regenerada
513 naturalmente, sem muita diversidade de plantas e melhor qualidade de árvores.
514 Mas existe um número muito significativo. É difícil quantificar, concordo com
515 você. Agora, quanto ao Rodrigo falando sobre o uso de agrotóxico, nessa
516 semana eu estava andando de carro e ouvi uma entrevista de uma nutricionista
517 na rádio Itatiaia, ela comentando que o brasileiro consome 7 litros de inseticida
518 por ano. Se tivesse um consumo de 7 litros de inseticida por ano, não existiria
519 mais Brasil, o Brasil já tinha desaparecido. Complementando o seu dado, o
520 Japão usa oito vezes mais agrotóxicos que o Brasil e é o país que tem a maior
521 longevidade do mundo. E foi falado também do famoso pimentão.” **6)**
522 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE**
523 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 6.1) Agropecuária Figueiredo Ltda. EPP e**
524 **Outros. Fazenda Córrego da Ponte Glebas I e II, Monjolos Gleblas I e II,**
525 **Ypotiuá, Ypotiuá Mirim, Brasília e Água Boa. Culturas anuais, excluindo a**
526 **olericultura. Buritis/MG. PA 15761/2005/002/2011. Classe 5. Apresentação:**
527 **Supram Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer
528 Único. Votos favoráveis: Seapa, Segov, MAPA, Emater, Ibama, Amif, Faemg,
529 Mover, Ufla e Crea. Ausência: Fetaemg. Entidade suspensa: Secretaria de
530 Estado de Desenvolvimento Agrário. Rejeitada por maioria proposta de inclusão
531 do seguinte item no monitoramento: “Informar indicativo de risco iminente de
532 salinização do solo”. Votos contrários: MAPA, Crea, Segov, Faemg, Amif e
533 Seapa. Votos favoráveis: Ibama, Emater, Mover e Ufla. Ausência: Fetaemg.
534 Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. **6.2)**
535 **Suzano Papel e Celulose S/A. Fazenda Barreiro. Culturas anuais,**
536 **semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto**
537 **horticultura. Carrancas e Luminárias/MG. PA 05238/2012/001/2018. Classe**
538 **4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b).**
539 **Apresentação: Supram Sul de Minas.** Licença concedida por unanimidade nos
540 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Segov, MAPA, Emater,
541 Ibama, Amif, Faemg, Mover, Ufla e Crea. Ausência: Fetaemg. Entidade
542 suspensa: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Aprovada por
543 maioria a inclusão da seguinte condicionante: “Apresentar programa de
544 mitigação de impactos relativos a emissão de poeira e manutenção das
545 estradas em que ocorrerá o transporte da madeira, durante o período da
546 colheita. Executar integralmente durante a vigência da licença. Prazo para
547 apresentação do programa: 90 dias.” Votos favoráveis: Seapa, Segov, MAPA,
548 Emater, Ibama, Amif, Faemg, Mover e Ufla. Voto contrário: Crea. Ausência:
549 Fetaemg. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Desenvolvimento
550 Agrário. Justificativa de voto contrário à inclusão da condicionante. Conselheiro
551 Dázio Vilela Chagas: “Eu sou contrário porque o movimento do eucalipto ocorre
552 uma vez por ano. O trânsito é pequeno, e o maior movimento seria na hora em

553 que sai da propriedade e entra nas estradas municipais ou estaduais. Ele já
554 paga imposto, então não precisa arrumar as estradas. Ele pode ajudar na
555 manutenção, mas não tem necessidade e obrigação de fazer isso, porque isso é
556 obrigação do município e do Estado, que já estão ganhando por conta disso.”

557 **6.3) GVG Reflorestamento Ltda. Fazenda Trevo. Culturas anuais,**
558 **semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto**
559 **horticultura, criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e**
560 **caprinos, em regime extensivo e produção de carvão vegetal oriunda de**
561 **floresta plantada. Várzea da Palma/MG. PA 12058/2009/001/2016. Classe 4**
562 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**
563 **Supram Norte de Minas.** Licença concedida por unanimidade nos termos do
564 Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Segov, MAPA, Emater, Ibama, Amif,
565 Faemg, Mover, Ufla e Crea. Ausência: Fetaemg. Entidade suspensa: Secretaria
566 de Estado de Desenvolvimento Agrário. **6.4) Maurício Graciani Martin.**
567 **Suinocultura (ciclo completo), formulação de rações balanceadas e de**
568 **alimentos preparados para animais, serralheria, criação de ovinos,**
569 **bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo), produção de energia**
570 **termoelétrica a gás natural e biogás. Jequeri/MG. PA 8492/2012/003/2017.**
571 **Classe 5. Apresentação: Supram Zona da Mata.** Licença concedida por
572 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Segov,
573 MAPA, Emater, Ibama, Amif, Faemg, Mover, Ufla e Crea. Ausência: Fetaemg.
574 Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. **7)**
575 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE**
576 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Paulo Roberto Campos. Fazenda Ponte Alta.**
577 **Suinocultura (ciclo completo); formulação de rações balanceadas e de**
578 **alimentos preparados para animais; piscicultura convencional e unidade**
579 **de pesca esportiva tipo pesque-pague; bovinocultura de corte extensivo;**
580 **desdobramento da madeira; serralheria; posto de abastecimento.**
581 **Urucânia/MG. PA 90190/1996/004/2011. Classe 5. Apresentação: Supram**
582 **Zona da Mata.** Licença renovada por unanimidade nos termos do Parecer
583 Único. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
584 favoráveis: Seapa, Segov, MAPA, Emater, Ibama, Amif, Faemg, Mover, Ufla e
585 Crea. Ausência: Fetaemg. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
586 Desenvolvimento Agrário. **7.2) Espólio de Aristides Bernardes da Costa.**
587 **Fazenda Contendas, Granja Tupi. Suinocultura. Patos de Minas/MG. PA**
588 **16854/2005/003/2018. Classe: 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigos 14,**
589 **inciso 3º, alínea b). Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto**
590 **Paranaíba.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único.
591 Votos favoráveis: Seapa, Segov, MAPA, Emater, Ibama, Amif, Faemg, Mover,
592 Ufla e Crea. Ausência: Fetaemg. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
593 Desenvolvimento Agrário. **8) ENCERRAMENTO. Conselheiro Guilherme da**
594 **Silva Oliveira:** “Eu queria fazer uma solicitação de um problema que tem

595 aconteceu muito na Faemg, o pessoal reclamando, e nós até conversamos com
596 a SEMAD. Uma apresentação da Comaer. Principalmente, nesses processos de
597 suinocultura, aquela área de segurança aeroportuária, de influência dos
598 aeroportos, exige uma autorização da Cenipa ou Comaer, e o empreendedor
599 tem que fazer um outro relatório, principalmente para atividades de suinocultura
600 e avicultura. Naquela região de Ponte Nova até Visconde do Rio Branco, tem
601 influência dos aeroportos de Ponte Nova, Ubá e Viçosa, que são aeroportos
602 pequenos, com pouco número de voos. E está tendo um problema enorme,
603 porque tem uma dificuldade na apresentação desses relatórios. Na própria
604 Comaer, você liga, e ninguém sabe como se faz, aonde se procuram essas
605 informações. Isso está muito complicado. E também na região Centro-Oeste,
606 Pará de Minas, Divinópolis, Itaúna e no Triângulo também, que são as grandes
607 regiões onde tem produção de suínos e aves. Então, se possível, uma
608 apresentação desse pessoal aqui na CAP para entender e ver direito esse
609 problema, se é realmente necessário diante das medidas de controle que essas
610 granjas têm, se realmente tem esse problema. Porque outro dia um consultor
611 me ligou, ‘Guilherme, estão pedindo para fazer uma planta de situação das
612 granjas com a altura das comieiras’. Será que Aeronáutica está preocupada
613 com altura de comieira de granja de suínos, se a árvore é maior? O relevo na
614 Zona da Mata influencia muito mais. Então para tentar aqui dentro um
615 consentimento disso, um padrão de como se vai fazer. Por curiosidade, eu
616 peguei a área de influência aeroportuária dentro do Estado, aquela bolinha que
617 aparece no IDE, e somei tudo: 33% do Estado de Minas Gerais estão sobre a
618 influência da Comaer. Não tem jeito, para nós da agricultura isso é um absurdo.
619 E é caro, o consultor cobra caro. Então para ver se realmente é necessário,
620 aonde nós temos que mexer, até a própria SEMAD ver se tem como conversar,
621 o governo do Estado conversar com a Aeronáutica, levantar essa questão
622 dentro do Ministério do Meio Ambiente, ver se isso realmente é necessário,
623 porque isso vai influenciar e muito o nosso Estado. Então uma apresentação
624 para entendermos melhor quais são os perigos, se essas granjas realmente
625 apresentam esse perigo, e, se apresentam, uma forma mais fácil de sanarmos
626 esse problema.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Nós podemos fazer um
627 convite para a Comaer e verificar com a equipe da Regularização as diretrizes
628 em relação a essas anuências.” Conselheiro Rodrigo Carvalho Fernandes: “Nós
629 até formalizamos o pedido junto à SEMAD, diretamente ao Germano, a
630 secretária Ana entregou em mãos, porque veio esse pleito da Avimig e da
631 Avizom, que são da Zona da Mata, que alegaram que é relativamente novo, que
632 esse pedido não se inseria no processo – nós temos que analisar o contraponto
633 também –, e que, além de oneroso, está moroso. A Comaer é sediada no Rio
634 de Janeiro, então está um dificultador, principalmente para a avicultura, que já
635 chegou o pleito formal, além desses outros de que o Guilherme já falou. Nós
636 oficializamos esse pedido, mas vai ser muito salutar ter uma apresentação
637 mesmo nesse aspecto.” Conselheiro Júlio Neil Cassa Louzada: “Eu vou

638 aproveitar a oportunidade para alertar ao IEF, principalmente com relação ao
639 monitoramento das áreas de Campo Limpo. Tem uma dificuldade de
640 monitoramento, mas a olhos visto é o sistema que está sofrendo mais com
641 reposição aqui no Estado por área agrícola. E nós estamos perdendo áreas
642 muito extensas de Campo, isso tem afetado bastante, de maneira relativamente
643 indiscriminada. Na minha região, principalmente, o Sul de Minas, as áreas de
644 Campo nativas às vezes estão em solos muito friáveis, muito sensíveis. É a
645 única coisa que está, é substituída por braquiária, que não dura dois anos, e
646 depois aquilo vira uma voçoroca horrorosa. Então nós temos que ter alguma
647 política que foque um pouco o monitoramento de como estão os campos
648 nativos.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Eu entendo que o levantamento
649 de fitofisionomias que está sendo finalizado pelo Promata vai nos trazer um
650 mapeamento mais preciso dessas fitofisionomias de Campo também para
651 atuarmos com mais precisão no monitoramento.” Em seguida, não havendo
652 outros assuntos a serem tratados, a presidente suplente Vanessa Coelho Naves
653 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
654 lavrada esta ata.

655

656 **APROVAÇÃO DA ATA**

657

658

659 **Vanessa Coelho Naves**
660 **Presidente suplente da Câmara**
661 **de Atividades Agrossilvipastoris**